

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.634 - SP (2019/0328054-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**  
**ADVOGADOS** : **DENIS ATANAZIO E OUTRO(S) - SP229058**  
                  **MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748**  
                  **LEONARDO FURQUIM DE FARIA - SP307731**  
**RECORRIDO** : **CLAUDEMIRO ALVES DA SILVA**  
**ADVOGADO** : **FRANCIS CEZAR DO VALLE CALISTO - SP337262**  
**INTERES.** : **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E**  
                  **URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU**  
**ADVOGADO** : **JOSÉ CÂNDIDO MEDINA - SP129121**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DISPOSITIVO  
LEGAL VIOLADO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO.  
DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.  
RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim ementado:

SEGURO HABITACIONAL. CDHU. QUITAÇÃO POR  
INDENIZAÇÃO DE SEGURO POR INVALIDEZ. HIPÓTESE EM  
QUE O AUTOR É BENEFICIÁRIO DO SEGURO. PRELIMINAR  
DE PRESCRIÇÃO. INAPLICABILIDADE DO ART. 206, §1º, II, “B”,  
DO CÓDIGO CIVIL. APLICAÇÃO DO PRAZO GERAL DECENAL  
CONTADO DA NEGATIVA DE COBERTURA.  
DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. FEITO PRONTO PARA O  
JULGAMENTO. DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS A  
PARTIR DA COMUNICAÇÃO DO SINISTRO. SENTENÇA  
CONFIRMADA. ADOÇÃO INTEGRAL DOS FUNDAMENTOS DA  
SENTENÇA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 252 DO RITJ.  
RECURSO DESPROVIDO.

Em suas razões recursais, alega a parte recorrente que houve prescrição da pretensão de obter cobertura securitária, pois deixou de comunicar administrativamente o sinistro no prazo de um ano, a contar de quando tomou conhecimento da ocorrência do evento segurado.

Defende que a invalidez permanente por doença, para fins da cobertura securitária contratada, é totalmente distinta da relacionada aos institutos previdenciários, razão pela qual a concessão da aposentadoria pelo INSS não vincula a seguradora.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 238-243.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 244-245).

É o relatório.

DECIDO.

2. É imprescindível que no recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional sejam particularizados de forma inequívoca os normativos federais supostamente contrariados pelo tribunal de origem, cuidando o recorrente de demonstrar, mediante argumentação lógico-jurídica competente à questão controversa apresentada, de que maneira o acórdão impugnado teria ofendido a legislação mencionada.

O não atendimento quanto à indicação do dispositivo legal contrariado, ou que se lhe tenha sido negado vigência, devidamente acompanhado da argumentação jurídica pertinente, pelo recorrente, a fim de demonstrar o acerto de sua tese, configura fundamentação deficiente e não permite a compreensão da exata controvérsia a ser dirimida. Isso porque a controvérsia a ser tratada no recurso especial, sob a baliza da alínea "a" do art. 105, inc. III, da CFRB, respeita solver discussão quanto à contrariedade ou negativa de vigência perpetrada pelo tribunal *a quo* à legislação ou tratado federal em sua aplicação ao caso concreto.

O mero inconformismo não oferece os subsídios constitucionalmente exigidos para o julgamento do recurso especial, pois a falta de demonstração de possível violação de normativo infraconstitucional (argumentação deficiente) esvazia o sentido da controvérsia a ser dirimida nos termos impostos pelo art. 105, III, "a", da Constituição Federal (conferindo incompreensibilidade à questão), o que torna apropriada a aplicação, dada sua inteligência, da Súmula 284/STF.

Nesse sentido, a jurisprudência deste Tribunal, na parte que interessa, com grifos nossos:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. [...]

**1. Alegação genérica, sem a indicação incisiva do dispositivo, supostamente, ofendido, além de não atender à técnica própria de interposição do recurso especial, configura deficiência de fundamentação. Inteligência da Súmula 284/STF.**

[...]

3. A interposição, nesta Corte, de agravo regimental manifestamente infundado torna forçosa a aplicação da multa prevista no artigo 557, § 2º, do Código de Processo Civil.

4. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa. (AgRg no Ag 1.363.434/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28/6/2011, DJe 1/7/2011)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE

INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. [...]

1. Quando o Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não há ofensa ao artigo 535 do CPC. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte.

**2. Alegação genérica de ofensa a lei federal é insuficiente para delimitar a controvérsia, sendo necessária a especificação do dispositivo considerado violado, conforme disposto na Súmula n. 284 do STF.**

[...]

(AgRg no Ag 1.041.751/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 6/4/2010, DJe 19/4/2010)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. VEÍCULO. REGULARIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA JUNTO AO DETRAN. DEMORA SUPERIOR A QUATRO ANOS. CULPA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DANO MORAL. QUANTUM. RAZOABILIDADE. SÚMULA 07/STJ.

1. A alegação genérica de violação à legislação federal, sem indicação, clara e precisa, da forma como os dispositivos legais foram, a seu sentir, violados pelo acórdão recorrido, o que, como é cediço, não dá ensejo ao conhecimento do recurso pela alínea "a" do permissivo constitucional, ante a flagrante deficiência recursal (súmula 284/STF).

[...]

(AgRg no Ag 1.147.743/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 1/9/2011, DJe 13/09/2011)

4. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Intimem-se. Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator